



# Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Defesa do Consumidor  
para os devidos fins.

Em 23 / 10 / 19

Elvagas

Conceição de Maria Lage Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado SEVERO  
EULAZIO MDB

para relatar.

Em 29 / 10 / 19

[Assinatura]  
Presidente da Comissão de Defesa do  
Consumidor e Meio Ambiente

Antônio Henrique de Carvalho Pires  
DEPUTADO ESTADUAL



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO MEIO AMBIENTE

### PARECER

PROJETO DE LEI Nº 131/2019 que:

*“ Dispõe sobre a aplicação de multas para os praticantes de trotes nos serviços essenciais 190 – Centro de Operações da Polícia Militar, 192 – Serviço de Assistência Médica de Urgência – SAMU e 193 – Corpo de Bombeiros e dá outras providências.”*

**RELATOR:** Dep. SEVERO EULÁLIO

### I – RELATÓRIO

A presente proposição, de autoria do Deputado Estadual Gessivaldo Isaías, tem como objeto a aplicação de multas para os praticantes de trotes nos serviços essenciais 190 – Centro de Operações da Polícia Militar, 192 – Serviço de Assistência Médica de Urgência – SAMU e 193 – Corpo de Bombeiros.

Verifica-se que esse projeto de lei tramitou inicialmente pela Comissão de Constituição e Justiça – CCJ desta augusta Casa, recebendo parecer favorável quanto a sua constitucionalidade, chegando a esta Comissão para exame e parecer.



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

## II – VOTO DO RELATOR

Feitas essas considerações, passo a emitir parecer conforme determinado pelos artigos 59 a 63, 137, 138 e 139 do Regimento Interno.

De início, reitero que a proposição sob exame foi aprovada pela CCJ, onde, ao final, restou demonstrada a sua constitucionalidade e legalidade.

Entendemos que o PL em apreço é de relevante interesse público, pois o trote telefônico causa prejuízos ao atendimento de ocorrências graves, gerando problemas a toda sociedade e gerando ônus aos cofres públicos. Ao provocar deslocamentos desnecessários de viaturas e ambulâncias, essa prática resulta em retardos no atendimento de uma ocorrência real, aumentando o tempo gasto para que uma pessoa seja socorrida, um incêndio seja apagado ou um crime seja impedido.

Logo, verifico não existir óbice em relação a seu aspecto na esfera da defesa do consumidor, para ser aprovado esse projeto de lei.

Portanto, tendo sopesado todos esses argumentos, manifesto-me pela aprovação da proposição.

## III – CONCLUSÃO DO VOTO

Desta forma o voto do relator é pela aprovação da matéria.

( ) pela aprovação

( ) pela rejeição

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 29 de novembro de 2019.

DEP. SEVERO EULÁLIO

Relator

